



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

Potenciais e Limites da Análise de Discurso Crítica em Administração Pública: Rompendo com a Afirmação do Óbvio

Jorge Leal Hanai

[ARTIGO] GT 2 Análise de Políticas Públicas

Potenciais e Limites da Análise de Discurso Crítica em Administração Pública: Rompendo com a Afirmação do Óbvio

Resumo

A aplicação do arcabouço teórico-metodológico da *Critical Discourse Analysis* tem sido largamente incorporada na explanatória crítica em diferentes questões de pesquisa da Administração Pública. Assumindo que a sua profusão não implica necessariamente no impedimento de aperfeiçoamentos metodológicos, neste artigo organizo possíveis aperfeiçoamentos ao fazer da crítica situada no pós-estruturalismo. Sob a tônica da instrução, recomendações são apresentadas em cinco eixos: da incorporação da pesquisa documental, da formação do Banco de Discursos *ad hoc*; da coleta e análise simultânea dos dados; da leitura densa de teorias e da análise qualitativa *line by line* dos enunciados dos discursos. Seu ineditismo repousa na organização de dicas e cuidados para analistas de discursos iniciantes e interessados em aprofundar-se nos estudos críticos dos discursos. Para além desta relevância acadêmica, a crítica, a sua intervenção na realidade social e o seu aperfeiçoamento apresentam-se como contributos de ordem social expectados no fortalecimento dos *Critical Discourse Studies*.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; Metodologia Qualitativa; Pesquisa Documental; Administração Pública

1. Introdução

Embora o instituto da Critical Discourse Analysis (CDA) tenha sido alçado enquanto arcabouço teórico-metodológico nas ciências sociais aplicadas, sua operacionalização tem se dado um tanto quanto confusa (DUNN e NEUMANN, 2016). A aversão aos manuais positivistas reforçada por Fairclough (2001, 2016), é sem embargo, fonte da ausência de sistematização dos processos metodológicos quando transplantada da linguística para a administração pública.

A CDA se vale da compreensão de como as ideologias se constituem e operam nos e pelos discursos produzidos em espaços específicos e para além deles, funcionando por meio da conexão de estruturas macro (poder, dominação e desigualdades) e micro (linguagem, discurso, interação verbal e comunicacional) analíticas (VAN DIJK, 2015). Sua mister explicativa apresenta aderência em debates sobre diversas questões da vida social, dentre elas, o controle e a manipulação institucional (VAN DIJK, 2015; MAGALHÃES, 2003). Utilizar o arcabouço teórico-metodológico da CDA em associado ao que ocorre no campo da percepção dos atores da vida social significa compreender que, ao ser emanado, os discursos humanos são fortemente carregados de sentidos “[...]que os molda e (re)instrumentaliza-os, para ajustá-los a suas necessidades” (FAIRCLOUGH, 2001, p.75) materiais e sociais (HANAI, 2021). Se há particularizações deste mundo das percepções próprias, localmente articuladas, espessas em sua importância auto atribuída e operadas sob a circunstancialidade tal qual a história de vida do sujeito experiencial, questiono: o que é óbvio? Proponho-me a reunir bases teórico-metodológicas para pensarmos possíveis respostas a essa necessária questão na administração pública. Suponho dizer que análises óbvias são aquelas reduzidas ao (i) identificar padrões de uso da língua capturando as plurais leituras do mundo (contendo ideias); e (ii) aquelas circunscritas exclusivamente nos três processos de comodificação discursiva (produção, distribuição e consumo).

Em avanço, argumento que é na apreensão de múltiplos sentidos produzidos, reproduzidos e consumidos socialmente que o analista do discurso deve incorporar a presunção de possibilidade afastando-se do determinismo rígido dos seus apontamentos. A CDA está longe de determinismos e fixa suas bases em condições explicativas em como a língua está em (dis)curso (FAIRCLOUGH, 2001). Isso não significa que as análises se fundam pelo relativismo exacerbado do mundo das possibilidades, cuja imprecisão abalaria a objetividade e utilidade dos seus achados.

De modo mais concreto, se o postulado da governança democrática tem sido ou não descaracterizado por lógicas fisiológicas e anômalas ao funcionamento do Estado republicano, a sua confirmação resulta, na verdade, em constatações triviais assentadas sobremaneira em agendas de pesquisa entre a Ciência Política e a Administração Pública (GRAHAM, 2018). Afinal, os modos de vida da política e da administração não raramente encontram-se sobrepostos (FILLIPIN, 2017). A invasão de interesses privados na esfera pública (Habermas, 1989), o balizar discursivo (e por ora, personalizado) de reformas institucionais (WINTHER; LINDEGAARD, 2020; GRAHAM, 2018), o agir dos congressistas e burocratas em favor próprio, o negligenciamento das demandas da população, decisões polêmicas ou até mesmo em contrário ao julgamento popular (HANAI, 2021), são alguns dos exemplos cabais de aplicação da CDA. Fluxos agindo na formação da *agenda-setting* são teorizados e suas negociações são analisadas à luz dos discursos firmados como auto interessados, invertidos e alheios a um conjunto de prioridades governamentais definidas em planos de governo. A atuação das burocracias ora é lida como tortuosa ou virtuosa, ora marcada pelo embate ou até mesmo por alianças e apoios ideológicos específicos, havendo em sua explanatória, o antagonismo já superado entre Administração e Política (FILLIPIN, 2017).

Se por um lado, todas essas constatações nos informam problematizações não datadas tampouco dissolvidas com os mais modernos avanços das ciências administrativas, jurídicas e econômicas, por outro, questiona-se, na presença delas, até que ponto reafirma-las –ainda que em contextos e manifestações distintas– engendra ou não análises “*more of same*” ou inéditas na pesquisa aplicada da CDA em administração pública. Como podemos explicitar a sua emergencialidade e relevância para o campo por meio da CDA? Nesse sentido, em quê os discursos importam para a área?

Desvelar os abusos de poder, as diferentes formas de dominação e as desigualdades sociais são seguramente as preocupações centrais de analistas do discurso movidos pelo fazer da crítica a despeito das práticas organizacionais e institucionais subjacentes. Afinal, como poderia o Estado funcionar e se organizar em torno de práticas (assumindo-as como dadas e certas) que fomentam as desigualdades? Seria no mínimo um contra senso, haja visto que o papel do Estado no combate às desigualdades é central e formal.

No entanto, esses são esforços analíticos situados no nível macro da CDA, havendo por outro, no nível micro, a importância de apontar para o uso da linguagem, dos discursos e dos processos interacionais verbais e comunicativos na conformação dessas práticas (Van Dijk, 2015), que conforme argumento aqui, têm sido incipientemente explorados. Ou até mesmo direcionados por avaliações moralistas de como o mundo deveria ser (deôntico) a partir de perspectivas em sentido estrito. Não casualmente os críticos da CDA apontam que o termo “crítica” que carrega em sua denominação informa *per se* os perigos do julgamento moral por parte do analista que a empreende (GRAHAM, 2018).

Por outro lado, distante da afirmativa de que a escolha por níveis analíticos macro e micro da CDA se anulam, argumento o contrário, de que ambos se complementam e subsidiam em conjunto uma genuína explanatória crítica dos discursos de modo a afastar possíveis julgamentos morais perniciosos. São muitos os estudos em administração pública que se apropriam dos moldes analíticos-discursivos de Fairclough (2001) e Van Dijk (2015) e seus

seguidores – ambos autores expoentes do arcabouço teórico-metodológico da CDA– (FILHO, 2011; SOUZA, ALCÂNTARA e PEREIRA, 2018; JANE MULDERRIG, 2017; JENSEN, HAZELTON e WELLMAN, 2020; TRACY SMITH-CARRIER, 2021) e que são impelidos por práticas de pesquisa que se assentam inevitavelmente no campo multidisciplinar. Embora não exclusivo, o confronto teórico com teorias de médio alcance da Ciência Política e a explanatória sobre mudanças institucionais sob a perspectiva discursiva (vide o Institucionalismo Discursivo de Vivien Schmidt, por exemplo) apresentam-se como exemplos clássicos dessa multidisciplinaridade que deposita nos discursos, centralidade analítica. Logo, é real a profusa formação de agendas de pesquisa entre essas duas áreas (AMORIM-NETO e RODRIGUEZ, 2016).

No entanto, para além do caráter multidisciplinar, há aperfeiçoamentos de ordem metodológica que, se observados, fortaleceriam a aplicação da CDA em públicas de modo a afastar também a afirmação do óbvio. Bennett e Checkel se preocupam com a redução de potenciais erros inferenciais quando da aplicação do *process tracing* em administração pública (BENNETT e CHECKEL, 2015; VENESSON, 2008) e sua decorrente análise qualitativa dos dados, com a aplicação da análise discursiva, não é diferente quando se constata arbitrariedade na escolha de textos (SCHOLZ, 2019).

Isso porque argumento que a "CDA bem feita" não está isenta dos preceitos do *process tracing* de recorrer à: i) pesquisa documental; iii) da formação do Banco de Discursos *ad hoc*; ii) da coleta e análise simultânea dos dados; iv) da leitura densa de teorias e; v) especialmente da análise qualitativa *line by line* dos enunciados dos discursos como forma de verificação e falsificação hermenêutica. Como fazer tudo isso? Aqui está uma discussão da qual organizo com este artigo.

Ao longo das seções espero que fique claro que o papel dos discursos na explanatória macro e micro da CDA não estão reduzidos a meros atos radicais de linguagem, mas apresentados como chaves poderosas que descrevem e explicam práticas institucionais não necessariamente aceitas socialmente. Aqui está uma das utilidades da CDA para a administração pública: apontar para pautas reformistas que não surpreendentemente podem estar obscurecidas por estratégias discursivas. Estar ciente das limitações e críticas metodológicas vinculadas à *práxis* da CDA e saber as responder são princípios situados nos próximos parágrafos.

2. O Giro Discursivo na Administração

O contributo da Critical Discourse Analysis (CDA) inglesa para os Estudos Organizacionais (OEs) reverbera, de acordo com Salles e Dellagnelo (2019), em análises gerais sob o tom da crítica, sobre as relações de trabalho, as organizações internacionais e inclusive, sobre questões específicas da Administração Pública brasileira. Neste sentido, foram 5 os estudos identificados por Salles e Dellagnelo (2019) dos quais aplicam a CDA para em temáticas específicas da Administração Pública, a saber: orçamento participativo (CUNHA, COELHO e POZZEBON, 2014), participação popular (BRETAS e SARAIVA, 2014), discurso de vereadores (LACERDA e BRULON, 2013), reajuste tarifário de passagens de ônibus (ROSA FILHO, 2011) e o significado representacional da função de governador e sua decorrente atividade de governar o Estado (MISOCZY e FERREIRA, 2005).

Em complemento aos estudos identificados por Salles e Dellagnelo (2019), há estudos como o de Aquino (2019), que comprovam a aderência do pensamento de Michel Foucault na área de gestão de pessoas em termos da análise das relações entre os sujeitos e o poder nas organizações. Aquino (2019) afirma que o estudo do discurso se situa na primeira fase do pensamento foucaultiano (a arqueológica), servindo de fundamento para o conceito de auto

constituição dos sujeitos em espaços empresariais, sendo a CDA, método congruente com esse objetivo de pesquisa. A CDA tem sido aplicada em discursos de deputados votando em processos de *impeachment* (MARCOLIN et al., 2019), do discurso midiático (OLIVEIRA, FRAGOSO-SOBRINHO e GUARIDO-FILHO, 2015), da análise da identidade organizacional (CARDOSO, 2016) e até mesmo a concepção de *frameworks* aplicáveis à Administração (ABDALLA e ALTAF, 2018; CARDOSO, HANASHIRO e BARROS, 2016). Entretanto, análises que se valem da variável “discurso” enquanto recursividade conceitual explicativa da realidade em diferentes tópicos das ciências sociais aplicadas têm sido conformadas de modo heterogêneo e confuso (DUNN e NEUMANN, 2016). A CDA se vale da compreensão de como as ideologias se constituem e operam nos e pelos discursos produzidos em espaços específicos, mas para além deles, funcionando por meio da conexão de estruturas analíticas macro e micro. A CDA apresenta aderência em debates sobre diversas questões da vida social, dentre elas, o controle e a manipulação institucional (VAN DIJK, 2015; MAGALHÃES, 2003).

Utilizar o arcabouço teórico metodológico da CDA em associado ao que ocorre no campo da percepção dos atores da vida social significa compreender que, ao ser emanado, o discurso humano é fortemente carregado de sentidos “[...] que os molda e (re)instrumentalizaos, para ajustá-los a suas necessidades” (FAIRCLOUGH, 2001, p.75).

A diferença entre o *process tracing* e a CDA é que esta última é marcada por uma análise confirmatória. Isso não significa que as análises devem apenas confirmar que há relações de poder, disputas discursivas entre desiguais, dominações que violentam (ainda que simbolicamente) especialmente as minorias ou até mesmo que há rearranjos discursivos de novas formas de dominar e formatar opiniões, assuntos e políticas a determinado estado de coisas previamente delineado. Considerações como essas, não informam *per se*, o ineditismo da aplicação da CDA, pois estão "presas" em análises macro dos discursos.

Em avanço, concordo com Bennett e Checkel (2015, p.7) de que tais fatores devem ser lidos como evidências diagnósticas e não como variáveis independentes. Porque isolados elas são independentes porque conseguimos explicar. Afinal, "*in social and political life, the ways in which actors privately frame or explain their actions may provide diagnostic evidence on their motives without independently affecting the outcomes of interest*".

- Discurso como momento das práticas sociais. Envolve, portanto, a captura desses momentos, chamados aqui de episódios comunicativos.
- Discurso como nuvem de fumaça que ofusca a verdade
- A CDA tem propósitos emancipatórios uma vez que elege a consciência (de como a linguagem opera nas relações de poder até então obscurecidas) como primeiro passo para uma ontologia do ser afetado pela linguagem em (dis)curso mas ativo para a contrapor.

3. Explicitando pontos passíveis de aperfeiçoamentos na CDA aplicada em Administração Pública

No rol de preocupações da CDA consta o modo com que operam as relações de poder, as disputas discursivas entre desiguais e as dominações que violentam –ainda que simbolicamente (BOURDIEU, 1989)– grupos sociais minoritários (FAIRCLOUGH, 2016; VAN DIJK, 2014; 2015; 2020). A CDA preocupa-se ainda com os rearranjos discursivos traduzidos por novas formas de dominação e formatação de opiniões, assuntos e políticas que se engajam no delinear determinado estado de coisas. Afinal, não há discurso desprezioso e inocente (VAN DIJK, 2014; 2015; 2020).

No entanto, achados como esses não informam *per se* uma robusta aplicação da CDA, pois estariam esses resultados "presos" em análises macro dos discursos e na orientação textual quando da análise qualitativa dos dados. Os signos sociais, as vestimentas (moda), a colorimetria dos objetos, os gestos, as dimensões e formas, as entonações e os comportamentos são alguns dos elementos semióticos (não-verbais) que também atuam nas representações das práticas discursivas a incidir na construção do tecido social (CLARK, 1996; VAN DIJK, 2014).

Portanto, a aplicação da CDA pode ser dividida em duas fases, sendo a primeira, a explanação dos elementos macro (poder, dominação e desigualdade) a que se situam o problema social; e a segunda, a explanatória crítica dos discursos contextualmente situados a partir da riqueza dos elementos micro (linguagem, discurso e interação verbal e comunicacional) em complemento às semioses.

4. Primeira fase: situando o problema social no nível macro analítico

i) Da Pesquisa documental e ii) da coleta e análise simultânea dos dados

Pensando na CDA aplicada, argumento que alguns esforços específicos (elencados abaixo) dão cabo ao nível macro postulado por Van Dijk (2014; 2015; 2020) pela pesquisa documental em associado à coleta e análise simultânea dos dados. Tais esforços são:

- Eleger as instituições (situando as estruturas e relações hierárquicas);
- Eleger os atores (buscando responder, ainda que inicialmente, se "discursivamente, quem domina quem e o que é tornado doméstico?");
- Explorar a relação de desigualdades entre grupos (podendo ser organizada por instituições e categorias profissionais, por exemplo);
- Estabelecer amarrações do problema social com o problema de pesquisa.
- Estabelecer a periodicidade da persistência do problema social (no sentido de historicizá-lo).

Isto posto, cumpre conceituar o que se entende por pesquisa documental. É cediço na literatura o conceito de que “[...]pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p.4-5) havendo no conceito de documento que a compõe, a ampliação para materiais além do texto como vídeos e fotografias, por exemplo (CELLARD, 2008). A pesquisa documental apresenta-se útil para a reconstituição do passado (CELLARD, 2008) suportado, mais recentemente, na crescente “[...] produção de dados, a diversificação de suportes de registro [e] a velocidade da circulação dos dados[...]" (BELTRÃO et al., 2011, p.2). Importante lembrar que ao eleger o método documental, que o mesmo não se restringe ao campo da história (CELLARD, 2008) se aplicam por exemplo as áreas da Administração Pública e da Ciência Política (COSTA e SILVA, 2019). Sua adoção suporta a construção de unidades, conjuntos, séries e relações entre os discursos a se analisar, atentando-se à importância de ir às fontes de pesquisa com a formulação clara das questões e pressupostos analíticos de pesquisa (CELLARD, 2008; MAY, 2004).

A busca por fontes potenciais de informação deve atentar-se aos locais de armazenamento de arquivos públicos arquivados (CELLARD, 2008) dos quais referem-se aos “[...] arquivos governamentais (federais, regionais, escolares ou municipais), os arquivos do Estado civil, bem como arquivos de natureza notarial ou jurídica” (CELLARD, 2008, p.297). Tornando, portanto, possível, a tipologia de conteúdos discursivos, fontes e bancos de dados,

strings de busca e temporalidades envolvidas na captura de documentos e discursos a se incorporar no “Banco de Discursos”.

Em termos de recortes e estratégias de investigação, para se historicizar a análise qualitativa dos dados sugere-se a utilização da pesquisa seccional com perspectiva longitudinal, que é quando a “[...] coleta de dados é feita em um determinado momento, mas resgata dados e informações de outros períodos passados, “[...] utilizados para explicar a configuração atual do fenômeno” a se estudar (VIEIRA e ZOUAIN, 2005, p. 21). Scholz (2019) sugere determinar o recorte temporal em função da intensidade da cobertura midiática do fenômeno, no caso de tópicos popularizados por diferentes veículos de comunicação.

Em que pese a periodicidade de investigação ter que considerar, por óbvio, a relevância de ocorrência do assunto estudado e a disponibilidade de dados, sugere-se, quando necessário e justificável, se incorporar documentos e discursos de outros períodos. Essa exceção se faz fundamental, haja vista que não raras vezes, os discursos de congressistas, por exemplo, resgatam retóricas de outras sustentações orais realizadas em plenário.

Uma vez coletados os dados iniciais para o corpus documental, a sua análise preliminar é de fundamental importância, pois é quando serão eliminados conteúdos discursivos que não se alinham com os objetivos e questões de pesquisa. Sendo assim, no que concerne à dimensão do contexto do documento, sua análise possibilita compreender não só o contexto em que foi produzido, mas também investiga sua relação com aspectos relacionados a qualquer modificação em seu conteúdo ao longo do tempo. Como resultado deste esforço, têm-se respostas elaboradas e coerentes de fatos e acontecimentos que circundam sua elaboração (BELTRÃO e NOGUEIRA, 2011; CELLARD, 2008; SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009; SPINK, 2004).

Já em relação à autoria do documento a ser pré-analisado, será possível “[...] apreender esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc” (Cellard, 2008, p.299). O fator garantidor da autenticidade e da confiabilidade de conteúdos discursivos constantes em documentos consiste, por sugestão, na conferência de seu registro em publicações oficiais do governo, como o Diário Oficial do Senado Federal (DOSF), da Câmara dos Deputados (DOCD). De forma adicional, sugere-se verificar se o documento possui assinatura, autorização e/ou revisão do sujeito orador(a) para publicação.

5. Segunda fase: explorando o nível micro analítico

iii) Da formação do Banco de Discursos *ad hoc*

Nesta fase, os discursos são assumidos em momentos de uso e desuso manifesto nas práticas sociais, sendo a coleta de dados requerida para a captura desses episódios comunicativos de ordem utilitarista. Na inexistência ou impossibilidade de acesso a um banco de discursos, a sua construção *ad hoc* apresenta-se como alternativa viável para a coleta. Na abertura dos dados, explicitar o passo a passo para o seu acesso na base utilizada é fundamental para a transparência da pesquisa, se dados públicos, ou se contrário, recomenda-se indicar seu processo de construção (KING, 1995; LUPA e ELMAN, 2014).

No caso da CDA em gêneros do discurso político, comumente as análises ancoram-se a partir de dados públicos suportados em notas taquigráficas, documentos oficiais, transcrições intituladas como “discursos” publicados em diários oficiais do parlamento do país estudado e até mesmo sessões plenárias gravadas em formato audiovisual. Nesse sentido, para além dos critérios de autenticidade, credibilidade e representatividade documental, a construção e organização desse banco de discursos deve observar:

Primeiro, a identificação deíctico (SEARLE, 1969) da posição e da modalidade enunciativa dos atores (KEATING, 2015) e autores do documento (textual e semiótico) manipulado, especialmente em atenção à configuração dos discursos comunicativos e coordenativos (Schmidt, 2008). Isso porque as posições e as modalidades enunciativas são determinantes das práticas discursivas, essas performadas de maneiras e estilos diferentes (FAIRCLOUGH, 2001; SCHMIDT, 2008; VAN DIJK, 2014; 2015).

Sugiro ainda que, se incorporado às discussões em plenário, “[...] órgão máximo de deliberação da instituição”(BRASIL, 2020, s.p) Congresso Nacional, se faça a distinção das diferentes modalidades enunciativas emergidas nos dados. Seguramente serão:

- *Institucional*: Discursos proferidos de instituição para outra instituição. Emerge de ator posicionado em cargo de poder e direciona-se para atores(es) posicionado(s) em cargo de poder;
- *Em plenário*: Discursos proferidos dentro de espaços institucionais. Emerge de ator posicionado em cargo de poder e direciona-se para atores(es) posicionado(s) em cargo de poder da mesma instituição de origem. Sua distribuição é massiva, chegando ao público em geral;
- *Em coletiva de imprensa*: Discursos proferidos de ator posicionado em cargo de poder e direcionados para atores(es) não posicionado(s) em cargo de poder da mesma instituição de origem;
- *Em entrevista individual*: Discursos proferidos de ator posicionado(a) em cargo de poder e direcionados para não posicionado em cargo de poder;

Se assim o for distinguido, sugiro considerar como sujeito em “posição de poder”, a necessária condição de haver o exercício de mandato de Senador, Deputado e de qualquer outro (ministros de Estado, por exemplo) cargo da Administração Política e Pública. A depender da especificidade do estudo, como por exemplo etnografias com públicos alvo das políticas públicas, tal recomendação pode ser afastada. O que se quer dizer é que se tratar das burocracias estatais, quer de alto escalão ou não, tais distinções são fundamentais.

iv) Da leitura densa de teorias: o Institucionalismo Discursivo (ID)

Aqui trago o quão relevante é a leitura de diferentes teorias para a explanatória crítica dos discursos. A utilização de teoria de médio alcance é decerto o caminho mais interessante porque abarca os fenômenos em sua especificidade regionalmente situada sem a pretensão explicativa do mundo como um todo. Para os efeitos das recomendações sucedâneas, trata-se de detalhar os fenômenos a se estudar em complemento à Teoria Social do Discurso, cuja gênese e *locus* de incubação e gestação encontram-se na linguística. Isto posto, em complemento, os próximos parágrafos dedicam-se ao detalhamento da Teoria do Institucionalismo Discursivo (ID), advinda da Ciência Política e aqui enquadrada em aplicação para a Administração Pública.

Começando com a noção de discurso, este conceito é evocado por versões pós-modernistas e pós-estruturalistas que o assumem para interpretar textos desprendidos de seus respectivos contextos, bem como entender a realidade a partir das palavras. Todavia, no ID, o conceito de discurso se distancia dessas visões contextuais e textuais e, “[...] abrange não apenas o conteúdo substantivo das ideias, mas também dos processos interativos pelos quais as ideias são transmitidas” (SCHMIDT, 2008, p. 304-5, traduzido pelo autor). Nesse processo interativo,

há a distinção entre dois tipos de discurso: o coordenativo e o comunicativo. O coordenativo é o discurso do qual ocorre de ator para ator político. Já o comunicativo, se refere ao discurso emanado de ator político para o público alvo a que a instituição se porta – geralmente a sociedade civil (Schmidt, 2008).

Nessa versão neoinstitucionalista, "compreende-se que as instituições são formadas por sujeitos que produzem discursos, constituídos por crenças, ideologias, experiências e vivências que agregam nos discursos" (HANAI, 2020, p.1). Os discursos não são emanados sem a existência de direcionamentos, sobretudo por repercutir de modos distintos no âmbito institucional, cujos filtros culturais, políticos são aplicados por indivíduos que o processam. Trata-se, pois, do caráter relacional-dialético manifesto na abordagem de Norman Fairclough em sua abordagem de Análise do Discurso Crítica (WODAK e MEYER, 2009).

Na abordagem da CDA, ao instrumentalizar instituições para a consecução de objetivos que visam o auto interesse, os indivíduos abandonam dada postura passiva de sujeitos e passam a se portar como sujeitos ativos e situados em posições de poder no interior das instituições. A partir dessas posições, os discursos são gerenciados em função das relações de poder construídas no interior das instituições (FAIRCLOUGH, 2016). A formação de modalidades enunciativas configura automaticamente o posicionamento de atores e seus respectivos discursos. A centralidade da análise do discurso não consiste em apenas verificar que ator emana determinado discurso, mas, sobretudo, trazer reflexões de como se tornar sujeito de posições específicas de poder (FOUCAULT, 2014[1972]).

Por essa razão, quando as ideias são transpostas em discursos, caminhos objetivos de análises são criados para que a compreensão de contradições e a interação entre os indivíduos componentes das instituições possam ser operacionalizadas (FAIRCLOUGH, 2016). Portanto, gera-se alternativa de análise para além do cálculo do custo de transação. Deste modo, a utilidade do conceito de *path-shaping* consiste na relação direta entre as ideias e o processo de modelagem de instituições (BLYTH, 2002). Essa relação direta refere-se ao questionamento feito pelo professor Colin Hay do Departamento de Ciência Política e Estudos Internacionais da *University of Birmingham* ao professor Blyth (2002), colocando em xeque a validade de suas cinco hipóteses, a saber:

- Ideias reduzem incertezas em momentos de crise;
- Ideias possibilitam a ação coletiva;
- Ideias são armas na luta pela mudança institucional (de modo a reconfigurar as instituições a novos padrões exigidos por momentos de crise);
- Novas ideias podem servir como projetos institucionais;
- Ideias podem estabilizar instituições.

Blyth (2002) posiciona-se, pois, em um novo institucionalismo construtivista do qual embora Hay (2004) reconheça a importância e legitimidade dessa abordagem, pondera que não se pode permitir que avanços científicos nessa abordagem prosperem às custas de variáveis estruturais mais tradicionais – como a de causa e efeito, por exemplo. Embora Hay (1999; 2004) tenha acusado o estudo de Blyth (2002) de duvidoso por não haver validação, a relação direta das ideias com o processo de modelagem de instituições é um objetivo em construção dado pelos pressupostos/hipóteses de Blyth (2002). Este estudo é importante por considerar as ideias enquanto variáveis para se compreender como as instituições se comportam ao pensar alternativas de saída para a crise econômica, por exemplo.

Isto posto, a representatividade do *corpus* da pesquisa pode ser determinada não pela sua exaustividade em se comprovar a relação de causa e efeito dos discursos, mas pelo critério de intersubjetividade do contexto, elegendo discursos distintos em seu conteúdo e em suas

estratégias de legitimação e formação das ideias postas ao debate parlamentar. A adoção desta organização da análise deve se justificar em decorrência de haver em Van Dijk (2020) uma crítica ao modo como a dimensão do contexto é incorporada na CDA:

Com frequência, a noção de contexto quase não tem sentido nenhum e apenas indica de maneira vaga alguma relação entre um fenômeno que está sendo estudado ou é objeto de atenção e algo mais, como um “contexto de mudança” ou “contexto da crise”, ou ainda, menciona-se a influência do contexto, mas não se diz de que tipo de contexto se trata (VAN DIJK, 2020, p.33).

Portanto deve-se definir como tipo de contexto a ser examinado o contexto subjetivo pautado na abordagem sociocognitiva. Justifica-se que, embora o contexto do problema social tratado na pesquisa seja objetivo a partir do exame dos indicadores de desempenho e resultados econômicos, da observância da taxa de desemprego, das oscilações inflacionárias, dos resultados superavitários e deficitários da balança comercial e dentre outros, estes submetem-se a uma leitura subjetiva da gravidade situacional do contexto, própria ao indivíduo que a faz. Embora o problema social pesquisado seja comum a todos, esta os atinge desproporcionalmente em função dos distintos posicionamentos dos indivíduos na realidade social e material. Nesse sentido, a interpretação dessa realidade é intersubjetiva e por natureza não homogênea (VAN DIJK, 2020).

Por haver esse recorte analítico, com vistas a amarrar a teoria com o problema social investigado, pode-se por exemplo, considerar-se que no Institucionalismo Discursivo (ID), “[...] discurso não é apenas ideias ou “texto” (o que é dito), mas também contexto (onde, quando, como e por que foi dito). O termo se refere não apenas a estrutura (o que é dito, ou onde e como), mas também à agência (quem disse o que a quem)” (SCHMIDT, 2008, p. 305, traduzido pelo autor). Assim sendo, sugiro seis itens para uma análise guiada (Quadro 1).

Item de análise	Descrição	Autores/as
Ideias (Estrutura)	Consistiu no exame do poder explanatório das ideias, quer de ordem cognitiva, quer de ordem normativa. Poder analisar alternadamente o que é dito, como e onde. Passível de fundamentação no Institucionalismo Discursivo.	Schimdt (2008)
Agência do indivíduo (Quem disse o que a quem)	Consistiu no exame dos conflitos de agência entre os atores/instituições pesquisadas à luz da estrutura das ideias	Schimdt (2008)
Mudança Institucional (das práticas institucionais)	Consiste no exame da performance discursiva e da argumentação como tática de mudar práticas institucionais. Passível de fundamentação no Institucionalismo Discursivo.	Schimdt (2008)
Intersubjetividade	Consiste no confronto entre a leitura particular do contexto e a agência do indivíduo em crise de representatividade e ineficácia comunicacional das suas vozes. Sempre há a narrativa vencedora.	Van Dijk (2020)
Interdiscurso	Consistiu na análise do interdiscurso dos domínios discursivos: podendo ser do discurso jurídico, econômico e parlamentar no processo de construção discursiva dos congressistas ou dos atores/burocratas.	Pêcheux (1983)

Ordens do discurso	Consiste no exame da produção de sentidos do discurso enquanto produto final. Nesse sentido, é possível se examinar os sentidos de analogia, oposição, delimitação mútua e complementaridade.	Foucault (2014[1972]); Fairclough (2016)
--------------------	---	--

Quadro 1. Itens guia de análise.

Fonte: elaborado pelo autor.

- v) análise qualitativa *line by line* dos enunciados dos discursos

Para empreender a análise qualitativa *line by line* dos enunciados dos discursos do corpus da pesquisa sugerem-se aqui duas observações iniciais:

a) Ter ciência do gênero discursivo do material ao qual o dado é suportado, de modo a apreender as maneiras de representar partículas da vida social semioticamente. Classificam-se em primário e secundário. São primários os dados não tratados produzidos e reportados diretamente pelos atores (textos, imagens e conteúdo audiovisual de ordem oficial). Secundários são os manuais de instrução (textos jornalísticos e publicitários elaborados por aquele que não seja o ator sob investigação) e os materiais livremente elaborados extra institucionalmente (*charges*, posts em redes sociais e assemelhados) (SPERBER e WILSON, 1995; VAN DIJK, 2014).

b) Empregar a organização dos dados de modo a suportar o teste de validade lógica dos argumentos que formam os discursos. Nesse sentido, sugere-se *identificar* as justificativas, premissas e conclusões que são suportadas nos dados indicando os seus significados interpretados pelo analista do discurso (vide modelo no Quadro 2).

	<i>Quoted wording</i>	<i>Interpreted meaning</i>
<i>Warrant</i>	-	-
<i>Premise</i>	-	-
<i>Conclusion</i>	-	-

Quadro 2. Modelo para a análise da estrutura lógica argumentativa dos discursos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Winther e Lindegaard (2021).

Cumprir analisar o emprego de recursos linguístico-discursivos em proposições lógicas a exemplo de "se, então" com vistas a identificar a validade ou falsidade dos argumentos (HANAI, 2021). Sugere-se ainda o armazenamento em repositório de dados a partir do escopo de organização geral do Quadro 1, pois considerando as atuais práticas na pesquisa de tornar os dados abertos (LUIPIA e ELMAN, 2014), a sua organização antes de os publicar facilitará a sua consulta e interpretação por outrem.

c) os direcionamentos discursivos de oposição, analogia, complementaridade e delimitação mútua (FOUCAULT, [1971]2014). As ordens dos discursos são direções de raciocínios que impõe uma ordem social ou uma partícula dela. Para a sua captura, sugere-se aqui a análise qualitativa *line by line* (*enumerando o texto por linhas*) dos enunciados dos discursos a partir de dois esforços. São eles:

Esforço 1: identificar ambiguidades lexicais, como, por exemplo, aquelas em torno do emprego do verbo “dever”, que faz acepção a probabilidade ou obrigação.

Indicando assim se a modalização lexical é deôntica ou epistêmica. A modalização deôntica “envolve obrigação ou compulsão. Tipicamente tem sua origem em normas morais ou sociais, numa pessoa com autoridade, ou em alguma ‘compulsão interna’”(COSTA, 2009, p.4). Já a modalização epistêmica "expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição" (CASTILHO e CASTILHO, 1993, p.222).

Esforço 2: codificar os dados a partir da similaridade da ordem do discurso assumida nas conclusões

Para determinar se a ordem do discurso é de oposição, analogia, complementaridade e delimitação mútua, o *software* AntConc 3.5.8 desenvolvido por Laurence Anthony apresenta-se útil para essa categorização bem como para a captura da frequência lexical e dos seus concordanciadores. Permitindo assim, a categorização dos dados por ordens do discurso a exemplo dos resultados de pesquisa de Hanai (2021) (Figura 1).

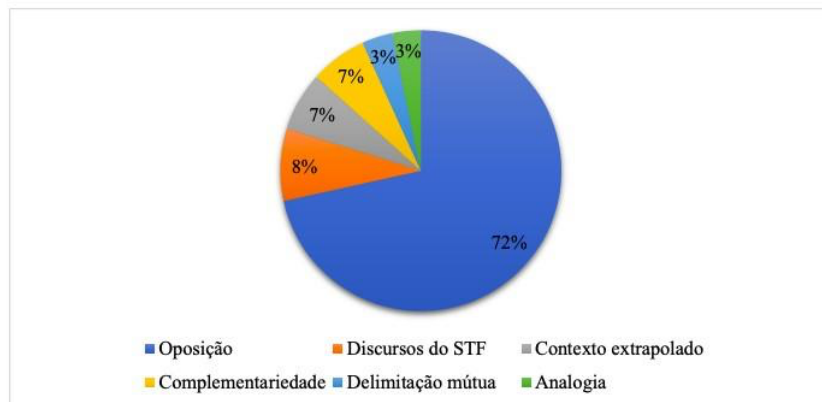


Figura 1. Exemplo de distribuição percentual das ordens do discurso

Fonte: Hanai (2021, p. 104).

6. Limitações da CDA

Considerando que a "[...]orientação à denúncia é uma das maiores forças da AD [Análise do Discurso] enquanto metodologia na Ciência da Administração", especialmente pelo seu "[...] constante esforço para desmascarar a palavra, a verdade que ela obscurece, o não dito sobre ela e as práticas que ela sustenta" (RODRIGUES e DELLAGNELO, 2013, p.632) é preciso tomar cuidado para que a explanatória discursiva não deságue na crítica infundada e distorcida da análise qualitativa dos dados. Afinal, como é possível analisar o que não foi dito? Quais evidências se pode recorrer para acessar as reais intenções de determinado agente em sombrear certas questões nos discursos?

Em Van Dijk (2015) essa questão é reconhecida como elemento analítico recuperado nas e pelas "intencionalidades" daqueles que discursam, estas atuantes como mecanismos de controle discursivo indireto nas relações de poder e manutenção da ordem social. Isso por que em se tratando da natureza dos dados, os discursos não devem ser reduzidos a elementos textuais-materiais, mas incorporados como sendo estrategicamente produzidos e situados sociognitivamente no poder da agência individual a formar a agência coletiva. Consta aqui a abordagem "discurso e cognição" de Van Dijk (2015).

Mas ainda assim, há outros mecanismos de controles discursivos indiretos, são eles: o controle da própria mente, dos planos, dos conhecimentos, das opiniões, das atitudes e das

ideologias. Isto posto, como saber então se os atores tiveram ou não a intenção de dizer algo, mas por alguma razão não disseram?

Como eles podem controlar todos esses mecanismos se as suas ações discursivas constam socialmente atravessadas? Parece-me que estamos aqui diante de uma limitação da CDA e das abordagens institucionalistas discursivas (SCHMIDT, 2008), ainda que essas se pretendam a uma análise verticalizada e qualitativa dos dados, rompendo sem embargo, com o exame *ipsis li tereis* dos atos de fala.

7. Questões de validação

As principais questões sobre validade da pesquisa qualitativa em CDA repousam na confiabilidade dos dados e das interpretações que deles decorrem de modo a refletir o quão comunicável são seus achados (JAIPAL-JAMANI, 2014). Conectar a(s) questão(s) de pesquisa com o problema social e de pesquisa, situá-las em dado paradigma científico, orientar-se à teoria crítica, prover transparência metodológica e triangular os dados (buscando-os em diferentes fontes) e métodos, são os principais esforços que um analista deve percorrer para validar interna e externamente sua pesquisa (JAIPAL-JAMANI, 2014; OLLAIK e ZILLER, 2012). Especificamente, explorar os elementos semióticos apresentam-se como estratégias de análise para além do texto que também conferem validade para a pesquisa (GIVÓN, 2005; JAIPAL JAMANI, 2014). No que tange a triangulação metodológica, a pesquisa documental apresenta-se como complemento viável para a CDA (HANAI, 2021), haja vista que em sua origem, na linguística, não se concebeu *frameworks* a serem perseguidos (FAIRCLOUGH, 2001).

8. Ética no fazer-pesquisa com a *Critical Discourse Analysis*

Exageros interpretativos, distorção dos fatos, leituras arbitrárias das subjetividades, ausência de filtros críticos e especialmente avaliações morais são alguns dos atributos desqualificadores que remontam a questionamentos éticos do fazer-pesquisa com a Análise do Discurso (MARIANI, 2004) e com a CDA (GRAHAM, 2018).

É preciso ponderação nas análises e compromisso ético com o discurso do outro, sob o risco de se recair em afirmações não apenas genéricas, mas ofensivas e injustas com quem discursa, havendo, portanto, a entrega de críticas parciais e eticamente irresponsáveis (CLARK, 1995; VAN DIJK, 2014). Para Mariani (2004, p. 19) os sujeitos são atravessados por formações discursivas pregressas a eles, devendo assim, as análises discursivas serem parcimoniosas de modo a se evitar o acusar atos de fala e o atribuir culpa aos indivíduos que a portam. Isto é, deve-se afastar a culpa dos agentes que discursam sem isentá-los da responsabilidade pelo que se diz (sobretudo quando se tratam de conteúdos racistas, machistas, homofóbicos, gordofóbicos e aporofóbicos que representam o histórico de lutas de grupos organizados).

Portanto, tomar consciência de que não há um culpado em específico, mas uma estrutura maior (e que deve ser desconstruída e reconstruída a partir da reordenação da ordem social possibilitada pela crítica, por exemplo) aos atores, conduz o analista do discurso a explanatórias explicativas e não determinantes de verdades e análises únicas presas à agência individual idiosincrática.

A CDA trabalha, portanto, com o compromisso político de afirmar as produções de sentidos (FAIRCLOUGH, 2001; SOUZA e CARVALHO, 2016) sem deixar de apontar os equívocos dos discursos (MARIANI, 2004) e os seus efeitos em dado contexto. Isso porque os analistas dos discursos precisam de “[...] níveis crescentes de autoconsciência crítica” (GRAHAM, 2018, p.17). De modo adicional, deve-se centrar-se em discursos socialmente representativos e prejudiciais à ordem social ao invés de enveredar-se para o pantanoso campo

da avaliação do certo e do errado, conforme já havia pontuado Wodak (2001) e mais tarde reforçado por Graham (2018).

Contudo, análises éticas fundamentam-se em padrões éticos sedimentados enquanto demarcadores das intenções da crítica (GRAHAM, 2018). Logo, tornar nítida a perpetuação de privilégios (LEMKE, 2006; HANAI, 2021), criticar discursos homofóbicos e misóginos (POMPEO e SOUZA, 2019), expor atos racistas, classistas e sexistas e xenófobos (VAN DIJK, 2015), são exemplos de análises discursivas ancoradas em padrões críticos dos quais gozam de relevância acadêmico-social. A questão que se impõe aos analistas dos discursos em administração pública, é, portanto, atribuir utilidade e relevância para as questões do campo, a exemplo da rachadura discursiva em torno da governança deliberativa (HENDRIKS, 2021; PAPENFUß e SCHMIDT, 2021) na União Europeia (PARKER, 2019). Logo, explicar como as situações (de preocupação da CDA) ocorrem e como as relações conceituais e empíricas se entrelaçam para lançar luz ao “*puzzle*” de pesquisa, é sem embargo, dever inafastável do fazer da crítica via análise discursiva.

9. Considerações (não) finais

Em face do exposto, espera-se que levantamentos como “*E daí que fulano disse algo?*”; “*Se disse, não foi bem isso o que se quis dizer*”; “*Mas é só no plano das ideias, do calor do momento, do giro rápido dos corredores da imprensa que se disse aquilo*”; “*Isto em nada tem a ver com as práticas institucionais*” e “*Não há relação causal entre o que se diz e o que se faz*” encontrem-se por diluídos frente ao rigor teórico-metodológico a ser adotado a diferentes recortes de pesquisa por analistas dos discurso.

Dito de outra maneira, espero que comentários como estes em itálico sejam de fácil resposta para analistas dos discursos em Administração Pública a partir dos cinco pontos aqui invocados: i) da pesquisa documental; ii) da coleta e análise simultânea dos dados; iii) da formação do Banco de Discursos *ad hoc*; e iv) da leitura densa de teorias e; v) da análise qualitativa *line by line* dos enunciados dos discursos.

É importante pontuar ainda, que embora os intentos deste ensaio tenham se dado pelo caráter instrutivo do seu conteúdo, aproximando-se mais do mundo das recomendações, cuidados e atenções necessárias ao fazer pesquisa em CDA, ressalto que ao assim o fazer, espero mais contribuir com a clareza do “como fazer” do que desestimular novos analistas dos discursos em administração pública.

Contudo, aponta-se como limitação deste ensaio a adoção de apenas uma perspectiva teórica (o ID) nas exemplificações e a ausência do exercício aplicado das recomendações. Na oportunidade, estudos futuros poderiam se utilizar do *illustrative case studies* (HANAI, EMMENDOERFER e CUNHA, 2020) enquanto ferramenta pedagógica a evidenciar a aplicação das recomendações aqui apontadas.

Referências

- Abdalla, M. M., & Altaf, J. G. (2018). Análise Crítica do Discurso em Administração e em Gestão: Sistematização de um 'Framework' Metodológico. *Revista ADM.MADE*, 22(2), 0-0.
- Amorim Neto, O., & Rodriguez, J. C. C. (2016). O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. *Revista De Administração Pública*, 50(6), 1003-1027.
- Aquino, M. G. (2019). Noções de sujeito e poder em leituras foucaultianas e sua influência nos estudos de organizações e gestão de pessoas. *Cad. EBAPE.BR*, v. 17, n. 3, p. 448- 459

- Beltrão, R. E. V. & Nogueira, F. A. (2011). *A Pesquisa Documental nos Estudos Recentes em Administração Pública e Gestão Social no Brasil*. Rio de Janeiro.
- Bennett, A & Checkel, J.T. (2015). Process tracing: from philosophical roots to best practices. In: Bennett, A & Checkel, J.T. (Eds.). *Process tracing. From Metaphor to Analytic Tool*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P.(1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bretas, P. F. F. & Saraiva, L. A. S. (2014). Discourses and senses of popular participation in a health center from Belo Horizonte. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 13(2), p-203-218.
- Blyth, M. (2002). *Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Cardoso, M. A. F., Hanashiro, D. M. M., & Barros, D. L. P. (2016). Um caminho metodológico pela análise semiótica de discurso para pesquisas em identidade organizacional. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(2), 351-376.
- Castilho, A. T. & Castilho, C. M. M (1993). Advérbios modalizadores. In: Ilari, R. (Org.). *Gramática do português falado: 2(1)* Campinas, editora Unicamp.
- Clark, H. H. (1996). *Using Language*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Cellard, A. (2008). *A análise documental. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Costa, S. (2009). Entre o deôntico e o epistêmico: o caráter camaleônico do verbo modal "poder". *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura*, 5(11),1-22
- Cunha, M. A., Coelho, T. R. & Pozzebon, M. (2014). Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. *Revista de Administração de Empresas*, 54(3), p. 296-308.
- Dunn, K., & Neumann, I. (2016). *Undertaking Discourse Analysis for Social Research*. ANN ARBOR: University of Michigan Press.
- Fairclough, N. (2001). Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research, *In: Methods of Critical Discourse Analysis: SAGE books*, 121-138.
- Fairclough, N. (2016). *Discurso e Mudança Social*. Edição: 2^a ed. [s.l.]: Editora UnB.
- Fillipin, M. (2017). *Administração e política: que relação é esta?* (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Adm., Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 156p
- Filho, D. (2011). Poder simbólico no reajuste tarifário do transporte metropolitano de passageiros de Porto Alegre na crise de 2004. *R. De Administração Pública*, 45(3), p.643-668
- Foucault, M. (2014). *L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*, Éditions Gallimard, Paris, 1971. Trad. *A ordem do discurso*, ed. Loyola: Leituras filosóficas, 5-74.
- Givón, T. (2005). *Context as Other Minds*. The pragmatics of Sociality, Cognition and Communication. Amsterdam: Benjamins.
- Graham, P. (2018). Ethics in critical discourse analysis. *Critical Discourse Studies*, 15(2), 186–203.
- Hendriks, F. (2021). Key values for democratic governance innovation: Two traditions and a synthesis. *Public Administration*, 1-18.
- Jaipal-Jamani, K. (2014). Assessing the Validity of Discourse Analysis: Transdisciplinary Convergence. *Cultural Studies of Science Education*, 9 (4), p. 801-807
- Jane Mulderrig (2017) Reframing obesity: a critical discourse analysis of the UK's first social marketing campaign, *Critical Policy Studies*, 11:4, 455-476,

- Jensen, C., Hazelton, J. K., & Wellman, G. (2020). Finding “Improvement” in the Language Transportation Planners Use: A Critical Discourse Analysis to Illustrate an Automobile-Centric Bias in Transportation Policymaking. *Public Works Management & Policy*, 25(2), 167–188.
- Keating, E. (2015). Discourse, space, and Place. In: *Handbook of Discourse Analysis*, second edition. Edited by Deborah Tannen, Heidi E. Hamilton, and Deborah Schiffrin. chapter 11, 244-261.
- King, G. (1995). Replication, Replication. *Political Science & Politics*, 28(3), 9-42.
- Lacerda, D. S. & Brulon, V. (2013). Política das UPPs e espaços organizacionais precários: uma análise de discurso. *Revista de Administração de Empresas*, 53(2), p. 130-141.
- Leal-Silva, J. (2021). *Controle externo do Poder Legislativo sobre o Judiciário: um estudo crítico-discursivo dos salários dos juizes-ministros do STF*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, MG: Brasil.
- Leal-Silva, J. (2020). Compreender a gestão de pessoas em instituições da justiça a partir do insitucionalismo discursivo: uma abordagem possível em ciências sociais?”, *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 1(3), p.1-11.
- Leal-Silva, J., Emmendoerfer, M. L., & Cunha, N. R. S. (2020). Análise Documental Ilustrada em Administração Pública: uma Proposta Operacional (Re)Aplicável. *Teoria E Prática Em Administração*, 10(2), 23–41.
- Lemke, J. (2006). Towards critical multimedia literacy: Technology, research and politics. In D. McKenna, R. Kieffer, L. Labbo, & M. Reinking (Eds.), *International handbook of literacy and technology* (2), Mahwah, NJ: Erlbaum, 3–14.
- Lupia, A. & Elman, C. (2014). Openness in Political Science: Data Access and Research Transparency: Introduction. *Political Science & Politics*, 47(1), 19-42.
- Mariani, B. (2015). Ética, pesquisa e análise do discurso. *Rua*, 10(1), 9–22.
- Ollaik, L. G. & Ziller, H. M. (2012) Concepções de validade em pesquisas qualitativas. *Educação e Pesquisa*, 38(1): 229-241.
- Marcolin, C. B., Momo, F. S., Becker, J. L., & Behr, A. (2019). Argumentos da decisão de voto de deputados durante a votação do impeachment, *Revista Alcace*, 1(26), p. 1-18.
- May, T. (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed.
- Misoczky, M. C. & Ferreira, C. S. (2005). A construção simbólica da definição de governar e governador realizada pelo Jornal Zero Hora nas três últimas eleições gaúchas. *Cadernos EBAPE.BR*, 3(2), p. 1-17.
- Oliveira, S. A., Fragoso Sobrinho, R., & Guarido Filho, E. (2015). Análise do discurso no institucionalismo organizacional: possibilidades a partir do discurso midiático. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 14(1), 45-58.
- Papenfuß, U. & Schmidt, C.A. (2021). Personnel Governance of Corporatized Public Services: Effects of Executive Resources and Corporation Forms on Turnover. *Public Administration*.
- Parker, O. (2019). A genealogy of EU discourses and practices of deliberative governance: Beyond states and markets? *Public Administration*. 97(1), 741– 753.
- Pompeu, S. L. E., & Souza, E. M. (2019). A discriminação homofóbica por meio do humor: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional. *Organizações & Sociedade*, 26(91), 645-664.
- Rodrigues, M. S., & Dellagnelo, E. H. L. (2013). Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 621-635.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), p. 1-15.

- Salles, H. K. & Dellagnelo, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os Estudos Organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. *Organizações & Sociedade*, 29(90), p. 1-21.
- Schmidt, V. (2008). Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse, *Annual Review of Political Science*, 11(1), 303-326
- Searle, J. (1969). *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sperber, D. & Wilson, D. (1995). *Relevance: Communication and cognition*. Cambridge, MA: Blackwell.
- Spink, P. (2004). *Análise de documentos de domínio público*. Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. 3 ed. São Paulo: [s.n.], p. 123–152.
- Souza, R. B. de, Alcântara, V. de C., & Pereira, J. R. (2018). Pesquisando esferas públicas (seletiva e subalternas): contribuições da análise crítica de gêneros. *Revista De Administração Pública*, 52(3), 435-450.
- Souza, S. J.; Carvalho, C. S. (2016). Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 98-112.
- Tracy Smith-Carrier (2021) ‘The (charitable) pantry is bare’: a critical discourse analysis of Christmas food hamper programs in Canada, *Critical Policy Studies*, 15:1, 90-106.
- Van Dijk, T. A. (2014). Discourse-Cognition-Society: Current State and Prospects of the Socio-Cognitive Approach to Discourse. In C. Hart & P. Cap (Eds.). *Contemporary Critical Discourse Studies* (Contemporary Studies in Linguistics, London: Bloomsbury Academic, 121–146.
- Van Dijk, T. (2015) *Critical Discourse Analysis*. In: *Handbook of Discourse Analysis*, second edition. Edited by Deborah Tannen, Heidi E. Hamilton, and Deborah Schiffrin. c.22, 466485.
- Van Dijk, T. (2020) *Discurso e Contexto: Uma abordagem sociocognitiva*. Tradução: Rodolfo Ilari, SP, 2(1), Editora Contexto, 1-330.
- Venesson, P. (2008). Case studies and process tracing: theories and practices. In: Della Porta, D.; Keating, M. (Eds.). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vieira, M. M. F. & Zouain, D. M. (2005). *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro (RJ): FGV.
- Winther, B. Z., & Lindegaard, L. B. (2021). In the name of democracy: UNSC reform at the intersection of discourse and governmentality. *Discourse & Society*, 32(2), 231–253.
- Wodak, R. (2001). The discourse-historical method. In R. Wodak & M. Meyer (Eds.), *Methods of critical discourse analysis*. London: Sage, 63–94.
- Wodak, R. & Meyer, M. (2009). *Critical Discourse Analysis: history, agenda, theory and methodology*. In: Wodak, R. & Meyer, M (Org.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2. ed. Londres: Sage, p.1-33.